

Secretaria de Assistência Social Conselho Municipal de Assistência Social Resolução CMAS 450/2023 O Conselho Municipal de Assistência Social de Santo André - CMAS/SA, no uso de suas atribuições legais previstas pela Lei Municipal 7.536/97, com as alterações da Lei 8.252/01 e Lei 9.462/13, Considerando o processo conferencial de assistência social municipal realizado em 2023, que teve por objetivo avaliar e definir diretrizes e prioridades para a Política de Assistência Social, de forma democrática e participativa; Considerando a deliberação na 288ª Reunião Ordinária, realizada no dia 19 de julho de 2023, em que ficou decidido pela publicação dos resultados em imprensa oficial de grande circulação no Município; RESOLVE: Art. 1º - Publicizar as propostas mais votadas para os 05 (cinco) eixos debatidos durante as diversas etapas da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social, conforme os diferentes níveis de governo, e que serão encaminhadas à XIII Conferência Estadual de Assistência Social de São Paulo: a) Para os casos em que não fora obtido o número de propostas suficiente, conforme o Art. 7º do Regimento Interno da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social (cinco para cada eixo e nível de governo, no caso do âmbito estadual e federal), serão encaminhadas todas aquelas deliberadas durante as etapas preparatórias. Eixo 1: FINANCIAMENTO PROPOSTAS DE ÂMBITO MUNICIPAL: 1) Triplicar o orçamento destinado ao Benefício Temporário de Transferência de Renda (BTTR) e ao Benefício Eventual Cartão Alimentação (145) votos. 2) Garantir orçamento para a Secretaria de Assistência Social que assegure a mesma jornada de trabalho de 30 horas semanais e isonomia salarial de todos os trabalhadores do SUAS estatutários e contratados, com inclusão de pagamento de insalubridade e periculosidade para todos. (137) votos. 3) Encaminhar Reforma Administrativa para a Secretaria de Assistência Social por meio da articulação do Secretário da SAS, Secretário de Administração e o Prefeito, que garanta aos trabalhadores de serviço social e psicologia a inserção na mesma classe da tabela de vencimentos dos sociólogos (classe 13) e com jornada de trabalho de 30 horas semanais, assim como reclassificar as funções gratificadas. (127) votos. 4) Garantir/assegurar orçamento para pagamento de adicional de gratificação dos trabalhadores do SUAS que exercem atividade de risco, a mesma gratificação já paga aos trabalhadores terceirizados da Assistência e trabalhadores da saúde. (115) votos. 5) Garantir orçamento para pagamento retroativo dos biênios e licenças-prêmio e ainda terem computados os respectivos biênios suspensos no período de maio/2020 a dezembro/2021 para Trabalhadores da Assistência Social que atuaram efetivamente nas funções durante o período da pandemia Covid-19, visto que foram caracterizados como trabalhadores essenciais. (109) votos. 6) Reajustar os Programas, Benefícios e Projetos, de acordo com a inflação. (109) votos. 7) Fixar orçamento público municipal em 5%, de forma obrigatória, para a política pública de assistência social. (107) votos. 8) Garantir recursos para a criação de Casa de Acolhimento para pessoas LGBTQIA+ em situação de risco social na cidade de Santo André. (104) votos. 9) Garantir investimento financeiro da Política de Assistência Social, em legislação, de 5% a 8%, nas três esferas de governo. (104) votos. 10) Ampliar recurso para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes, fomentando acesso para todos os dias da semana, favorecendo o contra turno escolar e o transporte para locomoção das famílias que residem em regiões distantes. (99) votos. Eixo 1: FINANCIAMENTO - PROPOSTAS DE ÂMBITO ESTADUAL: 1) Aumentar a participação do governo do estado para, no mínimo, 5% do cofinanciamento da Assistência Social no município. (148) votos. 2) Estipular um percentual mínimo (10%) do orçamento estadual para repasse ao município, como ocorre com a Política de Saúde/Educação. (134) votos. 3) Ampliar a participação do governo estadual no orçamento público municipal para garantir as necessidades do município na assistência social, com ênfase na execução do Programa de Pós Medida Socioeducativa para os egressos da Fundação Casa. (130) votos. 4) Aumentar em 25% o valor repassado pelo governo do estado ao Programa Viva Leite. (120) votos. 5) Garantir no orçamento federal, estadual e municipal, recurso destinado à implantação de cursos profissionalizantes para jovens de 16 a 24 anos de idade nas unidades de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). (110) votos. Eixo 1: FINANCIAMENTO - PROPOSTAS DE ÂMBITO FEDERAL: 1) Revogar a Emenda Constitucional 95/2016, que impôs o teto de gastos congelado e limitando o investimento nas áreas sociais até 2036. (153) votos. 2) Criar Fundo Federal específico para a Assistência Social a fim de assegurar atendimentos, demandas de NOB-RH, como por exemplo plano de carreira, capacitação continuada, dentre outras, à exemplo da LUNDEB. (133) votos. 3) Aumentar a participação da União (Governo Federal) para 8% do cofinanciamento da Assistência Social no município. (113) votos. 4) Reajustar os Programas, Benefícios e Projetos, de acordo com a inflação. (100) votos. 5) Garantir no orçamento federal, estadual e municipal, recurso destinado à implantação de cursos profissionalizantes para jovens de 16 a 24 anos de idade nas unidades de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). (98) votos. Eixo 2: CONTROLE SOCIAL - PROPOSTAS DE ÂMBITO MUNICIPAL: 1) Realizar formações para divulgação do SUAS e seu papel para a população. (143) votos. 2) Realizar audiências públicas semestralmente para retorno do poder público à população e trabalhadores das ações executadas e em andamento das propostas aprovadas na conferência municipal de assistência social. (124) votos. 3) Promover reuniões descentralizadas do Conselho Municipal de Assistência Social, com a possibilidade de serem realizadas nos CRAS do município. (107) votos. 4) Implantação de Conselhos Territoriais para apresentação de propostas específicas de cada território. (105) votos. 5) Divulgar amplamente o trabalho do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) nos territórios por meio de mídias sociais, carro de som, panfletos, faixas, cartazes nas escolas e postos de saúde. (98) votos. 6) Implementar ajuda de custo de transporte e alimentação para garantir a participação dos conselheiros e usuários em todas as reuniões durante o exercício do cargo, com a possibilidade de criação de conta digital e facilitando o acesso dos usuários ao realizar reuniões na região central da cidade. (98) votos. 7) Criar espaços públicos permanentes e efetivos nos territórios para fomento à participação popular e social. 96 votos. 8) Alterar a Lei de criação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) em relação à composição do Colegiado, garantindo as seguintes representações: I) Usuários e Representações de Usuários; 01 vaga titular e suplente para movimentos sociais; 01 vaga titular e suplente para associações e cooperativas; 03 vagas titular e suplente para usuários, representações ou fóruns de usuários; II) Trabalhadores e Organizações de Trabalhadores: 01 vaga titular e suplente para Conselho de Classe; 01 vaga titular e suplente para sindicatos ou fóruns de trabalhadores; 02 vaga titular e suplente para trabalhadores do SUAS; III) Poder Público: 03 vagas titulares e suplentes da Assistência Social; 01 vaga titular e suplente da Educação; 01 vaga titular e suplente da Saúde; 01 vaga titular e suplente da Geração de Trabalho, Emprego e Renda; 01 vaga titular e suplente da Habitação; 01 vaga titular e suplente da Cultura; 01 vaga titular e suplente de Universidades e Órgãos Públicos de Pesquisa. (94) votos. 9) Divulgar amplamente pausas e cronogramas de reuniões/atividades do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) nos territórios por meio de cartazes, carros de som, panfletos e folders em todos os serviços públicos municipais e utilizando os serviços da Assistência Social como canais, garantindo linguagem acessível, ações no território para chamamento de usuários para participação nas agendas de controle social. (92) votos. 10) Criar uma plataforma de comunicação por meio de redes sociais para fiscalizar, juntamente com o Conselho de Assistência Social, a execução e as decisões relativas à Assistência Social. (79) votos. Eixo 2: CONTROLE SOCIAL. PROPOSTAS DE ÂMBITO ESTADUAL: 1) Criar legislação estadual para garantir participação de usuários e trabalhadores nas Pré-Conferências e Conferência, sem prejuízos no local de trabalho, fornecendo declaração para abonar faltas. --- 2) Garantir, por meio de alteração da legislação, que a representação do governo para o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) seja por eleição, garantindo a participação de todos os segmentos que contribuem para as políticas sociais. --- Eixo 2: CONTROLE SOCIAL. PROPOSTAS DE ÂMBITO FEDERAL: 1) Garantir, por meio de alteração da legislação, que a representação do governo para o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) seja por eleição, garantindo a participação de todos os segmentos que contribuem para as políticas sociais. --- 2) Criar Comitê com representantes do governo e da sociedade civil para monitorar o plano decenal. --- 3) Estimular a criação de Fóruns de participação por Segmentos, com foco em formação cidadã, articulação e mobilização social. --- Eixo 3: ARTICULAÇÃO ENTRE SEGMENTOS PROPOSTAS DE ÂMBITO MUNICIPAL: 1) Implementar "Bolsa Participação Social" no valor de R\$ 100,00 para os adolescentes e as lideranças de bairro. 159 votos. 2) Criar um cadastro/canal informativo municipal para divulgação dos Movimentos da Sociedade Civil, com calendário de reuniões e descrição das ações realizadas. 148 votos. 3) Criar espaços de informática tipo telecentro com Wi-fi nos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), com equipamentos e funcionários que possam ministrar cursos básicos de internet para auxiliar os municípios e garantir o acesso dos usuários à internet para serviços sociais digitalizados. 124 votos. 4) Ampliar o quadro de agentes sociais/comunitários para mobilização e articulação territorial, com definição de critérios para inserção dos mesmos nos territórios, conforme dados de vulnerabilidade social, tamanho do território e a necessidade de cada CRAS. 108 votos. 5) Garantir que a cadeira da sociedade civil de representação dos trabalhadores seja composta por instituição de classe dos trabalhadores que compõem o SUAS, tais como: CRESS, CRP, Sindicato, OAB ou outros descritos na NOB-RH SUAS, de modo a promover a defesa política de pautas que afetem o trabalhador, como: assédio, transferência compulsória, relações abusivas, dentre outras. 98 votos. 6) Criar um portal de transparência (e o manter atualizado) dos serviços, programas e projetos realizados no âmbito do SUAS (poder público e sociedade civil), apresentados por territórios e níveis de proteção. 97 votos. 7) Realizar de forma permanente ações de busca ativa e divulgação dos programas e serviços da Assistência Social, articulando entre os segmentos, ONGs, movimentos populares e serviços públicos em geral, realizando em praças, escolas, postos de saúde, igrejas e comunidades em geral. 89 votos. 8) Realizar audiência com representantes e serviços para apresentar os serviços do SUAS e do SUS para melhoria de fluxo. 85 votos. 9) Criar meios de comunicação autônomos dos equipamentos da rede municipal através de perfis nas redes sociais para divulgação e comunicação com os usuários. 81 votos. 10) Instituir uma cota para a representatividade de todas as categorias, sendo pessoas com deficiência, crianças, adolescentes e LGBTQIA/PN-6 no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). 80 votos. Eixo 3: ARTICULAÇÃO ENTRE SEGMENTOS. PROPOSTAS DE ÂMBITO ESTADUAL: 1) Realizar encontro semestral com os componentes da rede socioassistencial municipal e trabalhadores da rede de ensino estadual para formação e capacitação sobre fluxos e participação integral na rede de serviços. --- 2) Estimular o retorno do Fórum de Assistência Social (FAS) da Região do ABCDMRR. --- 3) Estimular a criação de Fóruns de participação por Segmentos, com foco em formação cidadã, articulação e mobilização social. --- Eixo 3: ARTICULAÇÃO ENTRE SEGMENTOS PROPOSTAS - DE ÂMBITO FEDERAL: 1) Estimular a criação de Fóruns de participação por Segmentos, com foco em formação cidadã, articulação e mobilização social. --- Eixo 4: SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS PROPOSTAS DE ÂMBITO MUNICIPAL: 1) Implantar Instituição de Longa Permanência para pessoas idosas com grau de dependência I, II e III do sexo masculino e ampliar as vagas para pessoas do sexo feminino. 131 votos. 2) Implantar Centro Dia para a pessoa idosa com a garantia do transporte para as pessoas usuárias do serviço e com equipe multidisciplinar. 130 votos. 3) Implantar mais um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no território do bairro Cidade São Jorge, efetivando/permanecendo o CRAS Jardim Mirante. 110 votos. 4) Implantar Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no Parque Miami, garantindo número de funcionários compatível com a demanda do território avaliada pela Vigilância Socioassistencial, mantendo o CRAS Recreio. 107 votos. 5) Implantar Casa de Passagem para mulheres em situação de violência em territórios de vulnerabilidade do município de Santo André. 102 votos. 6) Implementar Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes, em contra turno escolar, nos bairros Cidade São Jorge, Jardim Ipanema e Vila Humaitá, tendo em vista a demanda urgente apresentada nesses territórios. 100 votos. 7) Estabelecer acompanhamento periódico com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da região, quinzenal ou mensalente, para o público do Abrigo Institucional do Parque Miami, considerando que se trata de público com demanda de alta complexidade. 99 votos. 8) Instituir programa de inserção no mercado de trabalho específico para pessoas em situação de rua referenciadas no Centro Pop. 84 votos. 9) Criar mais um Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade de casa de passagem (albergue) e mais um local para atender as pessoas LGBTQIA/PN+. 83 votos. 10) Implantar serviço de atendimento às famílias de crianças e adolescentes com deficiência com atividades concomitantes às atividades físicas diárias. 81 votos. Eixo 4: SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS PROPOSTAS DE ÂMBITO ESTADUAL: 1) Ampliar o Programa Viva Leite para contemplar pessoas e famílias não atendidas, por exemplo, indivíduos de todas as faixas etárias e pessoas com deficiência. --2) Integrar as normativas legais para que os serviços, programas e projetos sejam compreendidos e reconhecidos nas suas especificidades pelas três esferas governamentais. -- Eixo 4: SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS PROPOSTAS DE ÂMBITO FEDERAL: 1) Retomar o Programa PRONATEC, presencial e virtualmente. ---2) Acrescentar na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais o atendimento de crianças de 04 a 06 anos no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. --- 3) Criar Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas adultas em situação de rua, com especificidade no uso e abuso de substâncias psicoativas (álcool e drogas), integrando as ações e políticas de assistência social e saúde. --- 4) Integrar as normativas legais para que os serviços, programas e projetos sejam compreendidos e reconhecidos nas suas especificidades pelas três esferas governamentais. --- Eixo 5: BENEFÍCIO E TRANSFERÊNCIA DE RENDA PROPOSTAS DE ÂMBITO MUNICIPAL: 1) Incluir pessoas que estão com ordem de despejo no programa de locação social e aumentar o valor do benefício para R\$600,00. 150 votos. 2) Implantar cesta básica para beneficiários do Programa Bolsa Família que têm crianças com até 75% de presença na escola. 128 votos. 3) Aumentar o valor do Cartão Alimentação para R\$ 300,00 e ampliar rede de aceite. 126 votos. 4) Aumentar o período de permanência no programa de locação Social para 2 anos, podendo ser prorrogado para mais 1 ano. 125 votos. 5) Aumentar o valor do programa de locação social para 01 (um) salário-mínimo, acompanhando o reajuste anual, conforme a legislação. 120 votos. 6) Ampliar benefício eventual de vale transporte para usuários em situação de rua para busca de trabalho e acesso a outros serviços. 103 votos. 7) Retornar o regime de contratação via CLT para os beneficiários do Programa Frente Social de Trabalho, permitindo sua inserção na programação de Transferência de Renda. 96 votos. 8) Revogar o parágrafo 1 e 2 do inciso 2º da Lei Municipal 10.102 (Programa Família Arandense), que trata do tempo de moradia mínimo no município para acesso aos programas e benefícios instituídos. 92 votos. 9) Integrar as políticas públicas de emprego, trabalho e renda, de educação e de formação profissional no que refere os beneficiários da assistência social. 92 votos. 10) Aumento do valor do programa de locação para famílias em risco para R\$ 800,00 reais (81)votos. Eixo 5: BENEFÍCIO E TRANSFERÊNCIA DE RENDA PROPOSTAS DE ÂMBITO ESTADUAL: 1) Retomada do Programa Ação Jovem e Programa Renda Cidadã, com autonomia do município para inserção das famílias e valor de 10% do salário mínimo no benefício (222) votos. 2) Alterar a forma de inclusão das famílias nos Programas Renda Cidadã e Ação Jovem, garantindo ao gestor municipal autonomia para indicação de beneficiários e com valor ampliado para 20% do salário mínimo (R\$ 264,00). (211) votos. 3) Retomar Programa Renda Cidadã e Programa Ação Jovem com valor de ¼ do salário mínimo, com autonomia dos municípios para inserção das famílias no programa. (162) votos. 4) Retornar Programa Renda Cidadã com valor de R\$400,00 por 4 anos (143) votos. 5) Ampliar o Programa Ação Jovem para as famílias que tenham a renda familiar de até 1 salário-mínimo inscritas no Caducnio, possibilitando acesso a benefícios de gratuidade em eventos artísticos, culturais e esportivos, garantir a participação social e promoção de melhorias de vida destas famílias (143) votos. Eixo 5: BENEFÍCIO E TRANSFERÊNCIA DE RENDA PROPOSTAS DE ÂMBITO FEDERAL: 1) Manter o Programa Bolsa Família para as famílias que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) para Pessoas com Deficiência (156) votos. 2) Aumentar o critério de renda per capita para acesso ao Programa Bolsa Família para ¼ do salário-mínimo (143) votos. 3) Criar mecanismo no Cadastro Único para que as despesas sejam consideradas para efeito de cálculo de renda per capita (138) votos. 4) Ampliar o critério de renda para concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) de ¼ para ½ salário-mínimo, com extensão às pessoas com comorbidades incapacitantes para o trabalho, alterando a idade mínima de 65 anos para 60 anos e considerando as despesas para efeito dos cálculos de renda (132) votos. 5) Adequar o sistema do Cadastro Único para que o valor do Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) não seja contabilizado no cálculo da renda familiar para fins de concessão de benefícios de transferência de renda nas três esferas de governo (116) votos. Art. 2º - Publicizar os (as) delegados (as) escolhidos (as) para representar o município de Santo André durante XIII Conferência Estadual de Assistência Social, constituindo um total de 08 (oito) representantes titulares e 08 (oito) representantes suplentes, sendo: DELEGADO (A) STATUS SEGMENTO SUBSEGMENTO: Douglas Eduardo Pianelli (CRAS Recreio Miami) Titular Sociedade Civil Usuários (as)- 125 votos. Douglas Wilson M. da Silva (CRAS Alzira Franco) Titular Sociedade Civil Usuários (as)-50 votos. Amanda Alves de Abreu (CRAS Vila Luzita)Suplente Sociedade Civil Usuários (as) 26 votos. Sheila Silva de Lima (Centro POP) Suplente Sociedade Civil Usuários (as) - 26 votos. Carla Regina Borges Campos (FEASA) Titular Sociedade Civil Entidades/trabalhadores -- Priscilla Gomes da Silva (Projeto Shalom) Titular Sociedade Civil Entidades/trabalhadores -- Silvia da Penha Campos Adolfo (Dr. Klaide) Suplente Sociedade Civil Entidades/trabalhadores -- Rogério Braga (Cidade dos Meninos) Suplente Sociedade Civil Entidades/trabalhadores -- René Pataro Silva Titular Poder Público Trabalhadores (as) 38 votos. Michele Dias Forão Titular Poder Público Trabalhadores (as) 29 votos. Elizira da Silva Caetano (CRAS Vila Luzita) Suplente Poder Público Trabalhadores (as) 22 votos. Léa Gomes da Cruz Soares (CRAS Alzira Franco) Suplente Poder Público Trabalhadores (as) 19 votos. Luis Fernando Rezende Titular Poder Público Órgão gestor -- Priscila Arruda de Nichie Prado Titular Poder Público Órgão gestor -- Antonio Carlos de Moraes Torres Suplente Poder Público Órgão gestor -- Osvaldo José da Silva Suplente Poder Público Órgão gestor -- Art. 3º - O relatório completo composto por todas as propostas elaboradas durante o processo conferencial será entregue ao Gestor da Secretaria de Assistência Social e ao Gestor Municipal. Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Roberto Rodrigues de Andrade Junior Presidente do CMAS/SA.



Esta publicação foi assinada digitalmente por Diário do Grande ABC, e está publicada em <https://www.dgabc.com.br/ri> ou acesse através do QR code ao lado.